

CONTRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS: um estudo de caso

Roselene Tania Finato Nunes¹Marcos Bristot²Denize Grzybovski³Mateus Vicente Finato⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir o fenômeno “contágio” que o compartilhamento dos bens comuns produz no contexto local, discutindo os resultados pela perspectiva teórica do desenvolvimento de territórios. O estudo se justifica pela expansão, no contexto brasileiro, das organizações da economia social, as quais têm produzido transformações nas pequenas comunidades. As organizações da economia social são alternativas cooperativistas para gerar renda, benefícios sociais e permanecer no meio rural. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, do tipo estudo de caso único, cujo objeto de análise e lócus de investigação foi a Associação dos Trabalhadores Rurais da Linha Terceira, num pequeno município do Rio Grande do Sul. Os resultados indicam que o compartilhamento de bens provoca contágios nas ações sociais dos membros da organização estudada, as quais configuram-se como intangíveis e de difícil mensuração e apreensão por quem não atua no espaço social onde a ação se realiza. Permeando cada uma das ações sociais, estão os constructos confiança e crença, os quais devem compor novos protocolos de pesquisa sobre ação cooperativa e desenvolvimento de territórios em organizações da economia social brasileiras utilizando o método etnográfico.

Palavras-chave: Contágio. Desenvolvimento de territórios. Compartilhamento de bens comuns. Organizações da economia social.

1 Introdução

As mudanças ocorridas nas últimas duas décadas do século XX, de ordem econômica e social, sejam decorrentes de crises econômicas, produtivas e/ou do fenômeno da globalização, fragilizaram o modelo capitalista de trabalho e de produção, bem como reconfiguraram a dinâmica e estrutura das organizações (BAUMANN, 1996; CHOMSKY, 1996; KRUGMAN, 1999; RIFKIN, 2003). Trabalhadores perderam postos de trabalho em razão da reestruturação produtiva (TEDESCO; CAMPOS, 2001), enquanto um novo paradigma de organização da produção pautado na flexibilidade organizacional e na valorização da cidadania emergiu (TENÓRIO, 2002), representado pelo crescente número de organizações da economia social (POLANYI, 2011; LAVILLE, 2014). Por organizações da economia social entendem-se as cooperativas, entidades mútuas, associações, entre outras que garantem a igualdade entre os membros, pelo princípio de uma pessoa, um voto (LAVILLE, 2014, p. 64). Nesse contexto, questiona-se: quais são as contribuições das organizações de economia social no desenvolvimento de territórios?

¹ Administradora. Aluna no curso de Especialização em Gestão de Pessoas na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis na Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF). Email: <roseleneфинato@hotmail.com>

² Administrador. Email: marcos_bristot@hotmail.com

³ Doutora em Administração. Professora titular no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade de Passo Fundo (PPGAdm/UPF). Professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGDes/UNIJUÍ). Email: gdenize@upf.br

⁴ Tecnólogo em Desenvolvimento Rural. E-mail: mateusvicentefinato@hotmail.com

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



Neste artigo, o objetivo é refletir o fenômeno “contágio” que o compartilhamento dos bens comuns produz no contexto local, discutindo os resultados a partir de um caso brasileiro e pela perspectiva teórica do desenvolvimento de territórios. O presente estudo empírico está sendo desenvolvido como parte de um protocolo de pesquisa interinstitucional e internacional entre o Núcleo ORD/UFSC, coordenado pelo professor Maurício Serva, e a *Chaire Finance Autrement: Investissement - Solidarités – Responsabilité*, dirigida pelo professor Bernard Paraque no âmbito da Euromed Marseille - École de Management. O referido projeto tem como tema “Ação Cooperativa e Desenvolvimento de Territórios”.

O estudo se justifica pela expansão, no contexto brasileiro, das organizações da economia social, com destaque para os empreendimentos da economia solidária, as quais têm produzido transformações nas pequenas comunidades. As organizações da economia social são alternativas cooperativistas para gerar renda, benefícios sociais e permanecer no meio rural. No entanto, as condições de funcionamento das organizações da economia social são questionadas (LAVILLE, 2014). Sua origem está no reconhecimento de que não há uma única forma de produção e repartição de bens (POLANYI, 2011), mas na coexistência de organizações da economia de mercado e da economia social. No entanto, a contribuição das organizações da economia social ficou reduzida por um isomorfismo institucional, que as configurou como empresas e evidenciou seus limites pela autogestão (LAVILLE, 2014), mesmo que haja preponderância da racionalidade substantiva à racionalidade instrumental (DIAS; SOUZA, 2014). Esta forma de organização tem como principal característica a subversão dos princípios capitalistas, cujo objetivo central está no lucro e na competitividade, os quais restringem a igualdade e autonomia dos trabalhadores (NUNES, 2009), assim como o exercício da cidadania (TENÓRIO, 2002).

Os resultados deste estudo são apresentados a seguir, em quatro partes além desta Introdução. Na Parte 2 apresentam-se os fundamentos teóricos referentes à economia social e às estruturas e dinâmica das suas organizações. Na Parte 3 são apresentados os métodos e técnicas da pesquisa empírica, utilizados para orientar a coleta e a análise dos dados. Na Parte 4 são apresentados os dados empíricos de um caso estudado e as análises à luz da teoria. Por fim apresentam-se as conclusões do estudo.

2 Referencial Teórico

2.1 As organizações da economia social no Brasil

A expansão das organizações da economia social pela denominação “empreendimentos da economia solidária” ocorrida no Brasil, a partir da década de 70, tem como causas principais as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Dentre elas destaca-se a crise do modelo fordista-taylorista de produção fator que gerou desemprego, flexibilização e precárias relações de trabalho; o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, como por exemplo, previdência e serviços públicos; a inserção de novas tecnologias e o avanço das políticas neoliberais (*laissez-faire*) que trouxeram prejuízos aos trabalhadores, excluindo os setores mais pobres da população e trazendo uma grande estagnação econômica. O crescente processo de desemprego que atingiu o país nas décadas de 1980 e 1990 originou vários movimentos sociais na busca de alternativas de geração de trabalho e renda para os grupos mais afetados, pertencentes a classes populares ou excluídos do mercado formal de trabalho (GAIGER, 1996; RAZETO, 1996/1997; MANCE, 1999; SINGER, 2003; LAVILLE, 2004).

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



A economia brasileira, na década de 80, tornou-se conhecida como a “década perdida” (SINGER, 1976), detonada pela crise da dívida externa, com a explosão da taxa de juros. O então Ministro da Economia Delfim Neto decretou corte de crédito e redução drástica do gasto público, fazendo o país mergulhar na maior recessão da história, perdurando até o ano de 1984, com inflação na casa dos três ou quatro dígitos, de tempos em tempos amenizada por planos econômicos com a pretensão de congelar os preços, porém com efeitos pouco duradouros. A desindustrialização da economia brasileira iniciada na década de 80 e a abertura do mercado interno as importações a partir de 1990, se somam e se reforçam mutuamente em uma nova recessão nos anos de 1989 a 1992 (SINGER, 2012).

Diante deste cenário de fragilização do modelo tradicional, Singer (2008), destaca que uma das alternativas encontradas foi assumir a massa falida de empresas fazendo-as ressuscitar como cooperativas autogestionárias, criando pequenas empresas de caráter comunitário, bancos populares, clubes comunitários de troca. Comunidades urbanas e rurais criaram movimentos de organização solidária em grupos de produção, feiras de cooperativismo, compras, fundos solidários e de crédito (TIRIBA, 2008). Estes movimentos, além de gerar de trabalho e renda, contribuíram para a criação de novas formas de convivência, apoiadas na solidariedade ao invés de estimular a competitividade. Este modelo de desenvolvimento também tencionou “integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário” (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010).

De acordo com Tiriba (2008), **por um lado**, nas cidades os catadores de lixo organizaram associações e cooperativas de coleta e reciclagem, enquanto na zona rural os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária fundaram cooperativas de crédito, produção e serviços utilizando a sua própria força de trabalho e dos recursos que dispunham para garantir a satisfação de suas necessidades materiais e imateriais. **Por outro lado**, Icaza (2004) alerta para uma diferença entre as cooperativas e as organizações de economia solidária. Segundo a autora, o cooperativismo é uma opção de organização econômica e jurídica que se insere dentro dos limites tolerados pelo sistema de capital mundial, enquanto que os empreendimentos da economia solidária apresentam-se como uma construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, baseadas em práticas solidárias e autogestionárias, muito semelhantes aos movimentos sociais.

Para Singer (2002), tais organizações configuram-se como um sistema socioeconômico aberto, com acepções variadas, amparado em valores de cooperação e solidariedade, em contraste com o individualismo, com o intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, por meio da autogestão. A pretensão é contribuir com a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Para Mance (1999), o conceito está ligado à dimensão coletiva do trabalho e do consumo compartilhados, que fortalecem os vínculos entre os membros pela “corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular”. O potencial destas iniciativas consiste em uma estratégia para consolidar organizações na sociedade atual:

baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo mas ao próprio capitalismo (p. 203).

Organizadores:

ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



Uma característica preponderante é o compartilhamento de bens comuns entre os associados (PECQUEUR, 2006), possibilitando que todos sejam sócios e não meramente empregados de outrem; não há contraprestação pecuniária, pois a finalidade não é o lucro, mas o bem-estar. Nos empreendimentos solidários, não existe lucro, mas “sobras”, as quais são divididas igualmente entre os membros, sendo parte depositada em um fundo indivisível que visa à manutenção do empreendimento. Os objetivos são a promoção da igualdade e redução da exclusão por meio do compartilhamento dos bens que contem a cesta (PECQUEUR, 2006), equilibrando o direito de participar e a responsabilidade sobre os seus próprios ganhos (SINGER, 2008). A particularidade mais importante do modelo de cesta descrito por Pecqueur (2006) consiste em associar a emergência da renda às estratégias solidárias de diferentes produtores, num coletivo de produção (PECQUEUR, 2006).

Mais que ser uma “alternativa econômica”, este modelo representa novas maneiras de produzir, acumular, distribuir e assim construir uma nova experiência de ser não utilitarista, pois se reconfigura “como um “modo de vida”, ajustando-se a uma nova perspectiva de mudança social na qual a dimensão dos valores tem um papel fundamental” (LISBOA, 2005). Para tanto, as organizações da economia social tem organização contrária aos princípios individualistas, onde não haja ganhadores e perdedores, superiores e inferiores. O alicerce deve ser fundamentado em valores e culturas baseadas na liberdade, justiça, igualdade e solidariedade, proporcionando uma visão horizontal e de cooperação, em vez da competição, e a solidariedade, no lugar da indiferença (GAIGER, 1996; LAVILLE, 2004).

Segundo Gaiger (2007), o êxito dos empreendimentos está vinculado aos fatores de caráter socialmente cooperativo, explorando os ativos potenciais oriundos da união dos trabalhadores, pois ao “darem-se as mãos, os trabalhadores fortalecem seu poder de ação e aumentam suas chances de resolverem problemas e realizarem projetos. Sem essa expectativa, a economia solidária seria inexplicável”. Sua proliferação decorre do desgaste do capitalismo, que produz exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho. Assim, em tempos de escassez de recursos, surge a união de grupos de trabalhadores dispostos a reaprender o modo de trabalhar, através de uma forma alternativa a economia então existente. Eis que, de situações extremamente difíceis surgem oportunidades de crescimento, de aprendizado e perspectivas de mudança, emancipando aqueles que se dispuseram a promover, mutuamente, solidariedade e valores, em âmbito comunitário, social e ambiental, gerando desenvolvimento.

2.2 Contribuições das organizações da economia social no desenvolvimento de territórios

O objetivo das organizações da economia social não é substituir a lógica capitalista, mas ser um mecanismo social para minimizar os efeitos negativos que tal lógica proporciona em determinadas comunidades, como o desemprego, o êxodo rural, a impossibilidade de obter renda de forma convencional (emprego formal). Estas organizações são orientadas pela lógica coletivista, que implica no compartilhamento da cesta de bens (PECQUEUR, 2006), no respeito mútuo, fraternidade, solidariedade e democracia. Para que as experiências sejam bem sucedidas, diálogo, persistência e união são imperativos (TEDESCO; CAMPOS, 2001).

O fenômeno desenvolvimento, quando inclui a participação da sociedade local, deve ser visto como um processo complexo de “mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”. Este processo permite o incremento positivo o produto e na renda, o qual, quando transformado, satisfaz as “mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (OLIVEIRA, 2002). Barquero (2001) sinaliza duas alternativas frente ao

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



desafio da globalização: adotar estratégias de desenvolvimento exógeno com a atração de investimentos externos para regiões periféricas ou adotar estratégias de desenvolvimento local. Para desenvolver o potencial local podem ser usados recursos econômicos, como é o caso da estrutura produtiva, capacidade empresarial, inovação tecnológica, mão de obra qualificada, infraestrutura, bem como, recursos culturais, político institucionais ou humanos.

A integração do social com o econômico, onde o sentimento de pertencer a uma comunidade torna-se maior do que as diferenças de interesses entre os que as compõem, favorecem as tomadas de decisões pelos atores locais com o objetivo de ter uma dinâmica comum entre crescimento econômico e distribuição de riqueza/renda (BRAGA, 2002). O desenvolvimento local pode ser o resultado da interação de três aspectos: alocação de recursos, política econômica e ativação social, as quais mantém relações de retroalimentação, assim como, sujeita-se a capacidade de a região criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais, direcionando o crescimento, desencadeado por forças exógenas, com vistas a obter crescente melhora social e da qualidade de vida (BOISIER, 1989).

As diferentes formas de aprendizado indubitavelmente induzem o desenvolvimento de territórios, projetando diferentes formas de empreender. Julien (2010) atenta para a compreensão do empreendedorismo, ao citar que o simples estudo empreendedor/empresa limita seu entendimento. Além de considerar as interdependências entre as empresas, deve-se levar em conta a cultura empreendedora e as múltiplas formas de apoio ao empreendedorismo, como os comportamentos coletivos do meio. E reforça afirmando que, “quando o meio é dinâmico, esse funcionamento coletivo estimula a criação e o desenvolvimento das empresas [...] promovendo outros interesses, como o respeito pelo meio ambiente e alguma distribuição da riqueza”.

De tempos em tempos a vida econômica expõe mudanças propondo o rompimento com os “limites tradicionais até então estabelecidos de produção e comercialização de bens, impondo uma nova forma que futuramente se consubstanciará em uma nova tradição” (SCHUMPETER, 1985). Esta inovação permite que, além das empresas, as regiões também se desenvolvam, ao passo que seus atores aprendem a superar obstáculos e enfrentar a incerteza, passando do pessimismo ou resignação para o otimismo coletivo. A aprendizagem coletiva e a apropriação da informação criam uma atmosfera propícia aos negócios, criando capital social, cultura empreendedora e inovação, permitindo o desenvolvimento (JULIEN, 2010) e a transformação de um setor, de um ramo de atividade ou território, possibilitando um novo ciclo de crescimento, capaz de promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo, tal como descrito pela teoria econômica neoclássica (SCHUMPETER, 1985).

A possibilidade de atuar de “outro modo” possibilita intervir no mundo, “com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas”, permitindo que “uma gama de poderes causais crie a diferença em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente”, envolvendo poder no “sentido de capacidade transformadora” (GIDDENS, 2003). A união coletiva de esforços se faz necessária, pois a principal forma de desigualdade em tempos de globalização e economia de conhecimento, não se dá tanto pela diferença de renda, mas em função da “exclusão social”, devido “ao fato de não compartilhar as oportunidades que tem a maioria” (GIDDENS, 2001).

O benefício do endodesenvolvimento é justificado pela união e do esforço de todos os membros, não havendo excluídos. Isso torna-se possível à medida que os esforços da mobilização coletiva são apoiados e complementados pelo poder público, em termos de formação política e técnica, oferecidas por agentes de desenvolvimento preparados para exercer este papel (SINGER, 2014), como as universidades comunitárias.

Organizadores:

ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



As organizações da economia social devem ser vistas como uma possibilidade de crescimento coletivo, por envolver grupos de pessoas, os quais com seu trabalho proporcionam crescimento local, integrando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento de territórios.

2.3 *O contágio do empreendedorismo social e o aprendizado da autogestão*

Para Bourdieu (2005), o campo econômico é um “campo de lutas”, ou seja, um “campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes”, os quais dependem da quantidade e qualidade do capital individual (cultural, tecnológico, jurídico, organizacional, comercial e simbólico). Defronte a esta lógica de mercado, segundo Polanyi (2000), quando o controle do sistema econômico é exercido pelo mercado, significa que a sociedade é um acessório do mercado: ao invés de a economia estar nas relações sociais, são as relações sociais que estão no sistema econômico.

Em vista da carência do desenvolvimento orientado por essa lógica inversa, as condições de vida digna dependem da construção coletiva. Um dos princípios das organizações da economia social é a geração de renda sem a obtenção de lucros, o desestímulo às relações puramente econômicas e outras descritas por Polanyi (2000), implementadas por empreendedor social (DESS, 2001), cujos processos e conceitos inovadores impactam o tecido social. O empreendedor social não deve ser confundido com o trabalhador cooperado (DESS, 2001).

Icaza (2004) salienta que dentre os propósitos de organizações econômicas autogestionárias destaca-se a vinculação por meio de atitudes solidárias e empreendedoras, havendo a necessidade da articulação da lógica instrumental com a lógica substântiva para o êxito dos empreendimentos. Comparativamente à ação individual e às relações de trabalho assalariadas, apesar das limitações financeiras, da competitividade e da resposta de mercado, estes empreendimentos produzem “efeitos tangíveis e vantagens reais aos seus trabalhadores”. Tragtenberg (2005) conclui que a participação social efetiva de homens e mulheres ocorre quando os mesmos possuem, gerenciam e usufruem, de modo equitativo, os bens da sociedade, seja a propriedade coletiva dos meios de produção, as tomadas de decisões que favoreçam o consenso ou a distribuição dos resultados do trabalho a todo o ser humano, segundo as necessidades de cada um.

Considerando a autogestão um sistema, suas diretrizes apontam para a negação da burocracia e de sua heterogestão, tratando-se de algo que incomoda profundamente aqueles que detêm o poder, pois “permanece como possibilidade de se ver a organização econômica e política não de cima para baixo, mas ao contrário, a partir das massas”; traz incerteza para um mundo onde buscam-se certezas (MOTTA, 1981). De acordo com Faria (2004) numa organização autogerida, os membros podem decidir o “quê, como e quando deve ser produzido e para quem, como e quando deve ser distribuído”.

Conforme estudo realizado por Oliveira (2004), os empreendimentos nos quais o grau de solidariedade é maior, as práticas autogestionárias e de cooperação são mais significativas e mais favoráveis às condições de viabilidade econômica. Mas, alertam no sentido de que a maioria das organizações da economia social ainda está longe de alcançar este caráter, por se encontrarem deficitárias (financeiras, produtivas, tecnológicas, gerenciais), implicando na necessidade de novos incentivos e condições para a ampliação desse sistema.

A carência de estratégias mais amplas para a produção, políticas sociais e opções de financiamentos interferem no crescimento e na continuidade deste tipo de organização,

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



todavia, de acordo com Cavedon e Ferraz (2006), o resultado da eficácia das iniciativas de economia popular, não pode ser mensurado somente pelo aspecto financeiro, mas pelo desenvolvimento da comunidade local. Neste aspecto, Giddens (2001) enfatiza que a “principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação”, sendo “o principal investimento público que pode estimular a eficiência e a coesão social”. A educação, “redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida” somada à aprendizagem, inclusive descartando velhos hábitos, “é essencial para o trabalho na economia do conhecimento” sendo, para tanto, necessário o cultivo do capital social (GIDDENS, 2001).

Autogestão implica em participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões da organização, onde os meios de produção são socializados, a forma democrática de organização impera e os resultados da produção são depositados na “cesta de bens comuns” (MOTTA, 1981; PECQUEUR, 2006). É também cabível apontar que “a autogestão é um projeto e um movimento, não podendo ser nunca um modelo acabado”. Deve acompanhar as constantes evoluções, sendo adaptável, pois “sua estrutura e organização, sua própria existência, é e será fruto do desejo, pensamento e ação dos membros do grupo envolvido, sem preconceitos nem imposições” (MISOCZKY; OLIVEIRA; PASSOS, 2003).

As organizações de economia social que conseguem atuar como agentes de transformação social, por meio de união, solidariedade, autogestão, capacidade de aprendizado, em territórios, contribuem com a construção de uma sociedade mais igualitária, com menos excluídos e sujeitos mais conscientes de que ações coletivas reduzem desigualdades.

3 Metodologia

O estudo é pesquisa exploratória, do tipo estudo de caso único, com abordagem qualitativa dos dados. O lócus e o objeto de estudo é a Associação Linha Terceira, em funcionamento no pequeno município de São Domingos do Sul, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Os sujeitos da pesquisa são os membros da Associação e seus familiares e os dados foram coletados por meio de entrevistas, observação (espaço físico da sede, técnicas de produção, rede de relações, outros) e análise documental (estatuto, livro de atas, correspondências), no período de março a setembro de 2015, em diferentes momentos.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro de entrevista, gravadas e posteriormente transcritas em arquivos eletrônicos Word®. A observação e a análise documental foram realizadas a partir dos elementos subjetivos identificados nas entrevistas, como estratégia de triangulação de fontes de dados e de aprimoramento metodológico requerido pelo método estudo de caso (YIN, 2001) e pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Os sujeitos da pesquisa são identificados no texto, de acordo com a necessidade de citação direta, por uma letra (A) representando seu papel (Associado) e um número (1, 2, 3... n), representando a ordem em que as entrevistas foram realizadas (entrevistado 1, entrevistado 2,... entrevistado n).

Num processo analítico orientado por Bardin (2011), foram analisados o contexto da mensagem, o encadeamento das evidências e as variáveis externas relativas aos sujeitos respondentes, como relações sociais e com o mercado, questões de gênero, crenças, valores morais e religiosos, outros inerentes ao território em que ação social se desenvolveu. Este é composto pelos acontecimentos ocorridos antes e durante a constituição da Associação, num

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



processo dialético entre o sujeito que comunica, o local onde ocorre a comunicação e o contexto que o cerca.

4 Apresentação do Caso e dos Resultados

Em 1985, um grupo de agricultores do município de São Domingos do Sul se reuniu, após várias discussões informais e um longo processo de debates, para formalizar a Associação dos Trabalhadores Rurais da Linha Terceira. O objetivo inicial foi identificar alternativas produtivas e econômicas para gerar mais renda e garantir a sustentabilidade das suas propriedades rurais, as quais eram (e continuam sendo!) pequenas extensões de terra. Autodenominados “pequenos agricultores familiares”, dispunham de poucos recursos materiais e financeiros para realizar investimentos e os produtos dos seus trabalhos estavam expostos às frequentes oscilações de preços do mercado. Também era propósito do grupo deter o controle do processo, numa lógica alternativa à do capitalismo, mas todos entendiam que esse propósito deveria ser coletivo: “juntos queríamos encontrarm soluções que viessem a beneficiar a todos”.

O modelo de gestão definido pelos membros em Assembleia e registrado em ata foi o de administração participativa, visando atender as necessidades dos vinte pequenos agricultores associados. Conforme consta nos documentos institucionais (Livro de Atas e Estatuto), trata-se de uma associação de produtores rurais cujos princípios são a igualdade, o companheirismo, a solidariedade e a verdade:

Art. 2º: [...] Na Associação dos Trabalhadores Rurais Linha [Terceira] todos os membros são unidos e regidos pela igualdade de direitos e deveres, pelo companheirismo e pela solidariedade grupal, acompanhados da verdade dita entre todos.

Art. 3º: A característica de ação desta [...] é de ser uma organização que procurará melhorar o nível de vida dos agricultores associados, em todos os sentidos: saúde, educação, econômico, levando em conta o consumidor.

Art. 11º: Os associados da Associação [...] estão subordinados aos seguintes deveres: [...] se colocar a serviços da Associação no momento que a mesma solicitar para trabalhos do interesse grupal. [...] respeitar como pessoa humana ao seu companheiro de Associação. [...] justificar junto a Diretoria a sua falta das atividades da associação.

Trata-se de um modelo de gestão orientado para ações além da motivação econômica dos seus membros (MANCE, 1999; TEDESCO; CAMPOS, 2001; LISBOA, 2005; SINGER, 2008), com ênfase na solidariedade, comunhão, respeito mútuo, valores sociais e promoção de novas experiências, desde que as mesmas provoquem mudança no comportamento social. Para tanto, os membros da Associação definem as seguintes normas: (1) ninguém deverá levar para dentro da associação divergências pessoais; (2) ninguém poderá usar a associação em benefício próprio; (3) a associação deverá ter no máximo 30 (trinta) famílias; (4) os projetos apresentados pelas comissões ou pessoas associadas, serão sempre votados secretamente e o princípio a ser levado em conta é: beneficiar a maioria dos associados; (5) antes do sócio vender ou comprar algum produto ou insumo para a lavoura, ele na medida do possível deve comunicar o maior número de companheiros que puder para juntar quantidade e conseguir melhores preços; (6) a contribuição mensal dos associados não poderá ser superior ao valor de uma dúzia de ovos.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



UNOESC UNIVALI

A Associação, formada inicialmente por 22 agricultores familiares, está situada num território onde a agricultura é uma das principais atividades econômicas e o milho um dos principais produtos, tendo em vista as várias possibilidades de renda que o mesmo representa (comércio do grão in natura, alimento para o gado leiteiro, suínos e galinhas). A produção de subsistência contempla ainda a produção de ovos e carnes.

As primeiras reuniões da Associação, realizadas no Salão da Capela São Gotardo, foram para discutir questões relacionadas ao planejamento e organização das atividades, refletir sobre o cenário econômico com vistas a entender sua dinâmica e reflexos (in)diretos nas atividades produtivas das pequenas propriedades rurais, num processo de aprendizagem coletiva. Posteriormente as reuniões passaram a ser itinerantes, sendo realizadas em outras capelas de comunidades próximas, e no início dos anos 90, foi edificada uma casa no mesmo terreno que abriga os silos e secadores e desde então este é o local onde realizam-se as reuniões e outras atividades sociais.

A Diretoria, que responde legalmente pela Associação, é composta por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros. Estes não são remunerados. Também há uma secretária e um operador no silo, como funcionários. No período de colheita dos cereais, os associados se revezam em dias de trabalho e são remunerados por hora de trabalho realizado.

A definição das atividades é realizada através de Assembleia, com a participação e votação dos membros associados. Desde o início contou com o acompanhamento do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e da Cáritas Diocesana de Passo Fundo, através dos Projetos Alternativos Comunitários). No final da década de 80 a associação construiu um silo de estocagem de milho coletivo. A construção deste empreendimento se deu em função de que, na época da safra todo milho era estocado fora do município e na entressafra uma grande quantidade voltava para abastecer o consumo agropecuário. A infraestrutura instalada (silo e secador) gerou a possibilidade de estocar o milho e de comercializar a parte excedente da produção com outros consumidores locais. Esta infraestrutura gerou um acréscimo de ganho para os agricultores e uma diminuição de custo aos compradores.

Com o passar dos anos a Associação passou a expandir suas frentes de atuação, adquirindo uma madeireira e intermediando a venda de suínos, além de continuar a armazenagem de milho. Posteriormente, foi construído um moinho para transformar os grãos em farinhas, para comercializar seus produtos na região com maior valor agregado. Essa ação atraiu mais famílias à Associação, formando um grupo de trinta famílias rurais.

Com as orientações do Cetap e da Cáritas Diocesana, a Associação passou a discutir alternativas para agregar valor. Um grupo de famílias passou a produzir produtos orgânicos certificados pela Rede Ecovida, chamado Sagra Italiana, e a comercializar seus produtos na Feira Ecológica de Passo Fundo. A estrutura de estocagem do milho foi ampliada, mas o mercado *commoditizou* o milho, cuja comercialização passou a ser coordenada pela indústria da cadeia de aves e suínos, o que reduziu a margem de ganhos e o espaço de comércio.

A comportamento empreendedor das famílias ficou evidenciado na superação dos problemas de mercado. Nesse momento as atividades produtivas eram diversas (madeireira, produtos agroecológicos e tradicionais), além do grupo de saúde alternativa, o compartilhamento de máquinas agrícolas e o Centro de Ações Solidárias (CAS). Ademais, vários projetos foram implementados com o auxílio da Cáritas, Cetap e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com os quais foram adquiridos caminhões, a construção da sede, silos, veículos, construção do CAS, equipamentos para a secagem de grãos e silos.

Organizadores:

ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



Para manter a estrutura e realizar novos investimentos foi determinada uma taxa de armazenagem equivalente a 5% sobre o total depositado. Para tanto foi definido um sistema de controle das quantidades recebidas/vendidas. O volume de movimentação de grãos nos silos passou de trinta mil para setenta mil sacas/ano, exigindo qualificação nos controles de entradas/saídas e da comercialização, contratação de uma secretária e mudança nos arquivos.

Além destas ações formais, também foram identificadas formas de compartilhamento de experiências, como visitas a outros grupos de agricultores do município de Ronda Alta, distante mais de 100 km da sede, e parcerias com instituições de ensino superior. O objetivo foi “fazer com que o agricultor começasse a dominar a economia”, a entender o que é uma organização da economia social, mas também uma ideologia orientadora da ação, como descreve Tragtenberg (2005). “Reuniam-se os agricultores para falar sobre conjuntura, política, entender o que foi Marx, a revolução de 1964”, afirma A8.

Nesse processo de capacitação, mas também de formação, outras organizações contribuíram, como relata o Assessor de Projetos da Cáritas Diocesana de Passo Fundo:

Se faziam encontros duas ou três vezes por ano. [Os agricultores] vinha ônibus de Passo Fundo, de Ronda Alta [...]. Se reuniam 200 pessoas ou mais, [...] onde se discutiam princípios, análises, conjuntura, princípios de solidariedade e articulação campo/cidade, produtores e consumidores, eliminar intermediários.

A primeira prática comercial em direção a ideia de “eliminar intermediários” no processo de comercialização dos produtos depositados na cesta de bens comuns foi a compra coletiva de adubo e ureia. Cada família anotou quantos sacos precisava e, quando o adubo foi entregue pela indústria, foi descarregado na propriedade de um associado. Então, cada membro retirava a quantidade que havia encomendado, mas, observa o entrevistado, “era pra sobrar dois sacos”. No entanto, ninguém ficou controlando para saber se cada um estava fazendo a retirada de acordo, pois “[...] não há grupo organizado sem confiança”.

Sob a orientação dos profissionais designados por uma Universidade para acompanhar e orientar os agricultores organizados, esse era “um teste de comportamento solidário, pautado na confiança”. Dizia ela, na voz do entrevistado A8: “vocês tem que testar essa confiança e vocês tem que divulgar se ela existe”. Então, ao final, sobraram dois sacos! Assim, entendem os membros, se estabeleceu o primeiro valor coletivo: “o grupo não se formou só pelo econômico. Se formou porque tinha uma relação de melhorar a saúde, de melhorar a comunicação, de melhorar a confiança” (A8).

Um dos associados (A5), quando questionado sobre sua participação na organização, descreveu assim a relação de confiança existente entre as quatro famílias que compõem o grupo Sagra Italiana:

Durante a safra, meu serviço é fazer o transporte dos grãos das lavouras até o silo, com o caminhão. Eu recebo da associação por hora trabalhada. Também faço parte do grupo Sagra Italiana, um subgrupo da Associação. Além de ser motorista e vendedor na Feira em Passo Fundo, faço os cálculos dos valores pertencentes a cada uma das quatro famílias que fazem parte deste grupo. Existe uma relação de confiança entre as famílias. Cada um anota o que envia para vender e depois anota o que sobrou. Cada um tem que anotar certo, sem querer lograr os outros. Do valor vendido, é descontado 10%, que são as despesas com embalagens, combustível, manutenção, custos da feira.

Passados quatro anos de fundação, a Associação foi contemplada com recursos da Cáritas para construção de um silo, compra de um caminhão e instalação da madeireira. Sobre este novo empreendimento, A2 relata:

Organizadores:

ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



Na época era mais fácil comprar madeira. Era feito aberturas e móveis sob medida. Pra mim foi uma boa oportunidade, pois tinha poucas terras, numa região de morros, difícil de cultivar. Era tudo manual, não tinha maquinários. Com a possibilidade de trabalhar na serraria acabei me mudando para a cidade. A serraria pagava bem os funcionários, mas com o tempo foi ficando difícil comprar a matéria prima, surgiu novos materiais [...], as máquinas [...] ultrapassadas e acabou se tornando inviável.

O futuro dos filhos dos atuais membros da Associação também é tema que se faz presente. Indagado sobre a forma de tratamento dos membros das novas gerações (filhos e netos), na perspectiva da sucessão transgeracional, a associada A3 diz que:

Eles [os filhos] entram com outra visão. Nós já somos ultrapassados. O desafio é para os nossos filhos. Tá ali. É só fazer funcionar. A luta maior já foi. Hoje tem que manter o grupo. A gestão tem que ser bem mais aberta pra conseguir manter. A gente fala bastante a história para os filhos e faz com que eles participem das reuniões. (A3)

A dimensão social da coletividade neste tipo organizacional também é colocada como um desafio aos membros das novas gerações, os quais já fazem parte na nova diretoria e, juntos com os mais velhos, tomam as decisões gerenciais. Ao questioná-los a respeito, afirmam que:

Nosso maior desafio não é a gestão administrativa, mas conseguir manter o grupo unido. [...] O desafio é manter todos juntos. Tentar criar volume [de produção e de comercio] entre os pequenos. Sozinho não se faz nada. (Filho da A3)

Eu trabalhei uma época na associação. Foi uma época de decisões: amplia, não amplia, fica só com milho, pega soja, faz farelo, farinha de polenta. Hoje, tem que decidir o que fazer com o milho, pois a matéria prima não tem valor agregado (A4).

Ao completar trinta anos de fundação, a Associação é formada por dezessete famílias de agricultores, os quais produzem aproximadamente vinte mil sacas de milho por ano, mas presta serviços para aproximadamente 120 famílias de agricultores da região. Atualmente, as famílias associadas são beneficiadas de duas formas: (i) prestação de serviços de secagem, armazenagem, comercialização e transporte de cereais; (ii) representação legal e elaboração de projetos para captação de recursos externos (públicos e privados) para serem aplicados nas atividades agropecuárias desenvolvidas pelos membros, sempre orientados pela concepção teórica de compartilhamento dos bens comuns “depositados” na “cesta de bens comuns”.

5 *Análise dos Dados*

As principais contribuições da Associação dos Trabalhadores Rurais da Linha Terceira, uma organização da economia social, foi o estímulo para a permanência dos seus membros no meio rural, o “contágio” para a constituição de subgrupos de trabalhos específicos, como: (a) compra da madeireira; (b) quatro famílias passaram a produzir produtos orgânicos; (c) compartilhamento de bens/equipamentos adquiridos; (d) um grupo de mulheres passou a socializar à comunidade seus conhecimentos específicos na produção e consumo de chás e ervas naturais; (e) construção de um centro de ações solidárias (CAS).

Os dados empíricos evidenciam que as famílias beneficiadas pelos produtos/serviços/conhecimentos depositados na cesta de bens comuns, descritas por Pecqueur (2006), não representam limites aos benefícios gerados no território. As organizações da economia social provocam impactos para além dos limites geográficos de uma região e de difícil mensuração. Há encadeamentos numa estrutura social ampliada pelos

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



laços afetivos, familiares, coletivos do território. São efeitos de um contágio (JULIEN, 2010), resultante da aprendizagem coletiva e da apropriação dos conteúdos apreendidos.

Julien (2010) defende a importância da aprendizagem coletiva e da apropriação da informação e Giddens (2001) reforça que a principal força no desenvolvimento está na estrutura educacional, fator que estimula a eficiência e a coesão social, fenômenos presentes nas atividades desenvolvidas pela Associação desde a sua constituição.

Apoiando-se em Gaiger (1996), constatou-se que a organização da economia social objeto de análise tem como base das ações sociais um conjunto de valores e culturas baseadas na liberdade de ação, – que nas relações econômicas se traduzem pelas ações com vistas a “eliminação de intermediários” –, justiça, igualdade e solidariedade. Numa análise longitudinal das relações sociais e econômicas estabelecidas na Associação, A8 conta que, entre os anos de 1985 e 2000, foi possível vivenciar momentos de desprezo à agricultura familiar e seus produtos artesanais, que não permitia o agricultor sobreviver no meio rural, para uma realidade de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Muitas dificuldades vividas pelo agricultor familiar e suas famílias permanece viva em suas memórias e elas são recuperadas no coletivo para que nunca sejam esquecidas, ou melhor, que sejam parâmetros orientadores das gerações seguintes, numa perspectiva de transgeracionalidade dos conhecimentos depositados.

No quadro 1 constam os conteúdos apreendidos em uma organização da economia social, os quais estão sendo compartilhados com os filhos daqueles que iniciaram as atividades na Associação estudada.

Quadro 1 – Conteúdos apreendidos e transgeracionalidade dos conhecimentos

Relatos	Conteúdos apreendidos
<p>“Há anos atrás, os pequenos [agricultores] lutavam pra se manter. Hoje, além disso, estão começando a crescer. Temos a oportunidade de crescer dentro de uma sociedade já formada. Temos muito mais chance de crescer em grupo do que individualmente. Para nós sócios, se consegue vender o produto com um preço melhor, já quem vende sozinho não consegue”. (A7)</p>	<p>É preciso lutar para conquistar!</p> <p>A sociedade é formada por todos nós; somos parte integrante e não devemos aceitar sermos excluídos.</p> <p>Quando atuamos em conjunto (coletivamente) temos mais chance de crescer do que individualmente.</p>
<p>“Eu comecei a fazer parte da Associação com 19 anos. Foi a maneira de me manter. Em grupo sempre é mais fácil. Tivemos épocas difíceis, mas superamos. No início sofremos bastante. A rejeição era grande. O pessoal daqui não comprava nosso milho. Hoje é um comércio normal, todos compram ou estocam o milho no silo. Com o tempo as pessoas foram percebendo que a Associação se fortaleceu e abriu outros grupos. Isso gerou credibilidade para quem é de fora”. (A6)</p>	<p>Quando atuamos em conjunto (coletivamente) temos mais chance de crescer do que individualmente.</p> <p>A sociedade é formada por todos nós; somos parte integrante e não devemos aceitar sermos excluídos.</p> <p>O contágio da ação coletiva gera credibilidade e aceitação na sociedade.</p>
<p>“Os anos 80 formam marcados por muita luta no campo. Através de projetos, se conseguiu construir o primeiro silo e a sede. A compra do caminhão [...] foi bem angustiante, pois foi pago muito juro. A Associação passou por dificuldades muito grandes por fazer compras erradas. Entre todos os acertos, teve erros, como o pagamento de muito juro. Uma época tinha 27 salários mínimos de folha de pagamento. Era uma loucura! Tinha a madeireira, compra de farelo... Saía daqui até o Paraná para comprar. Teve uma época que tombou o caminhão, um</p>	<p>Nenhuma ação coletiva é fácil de ser implementada, mas a conquista coletiva é gratificante.</p> <p>As escolhas são coletivas, mas as regras da ação social e da governança são criadas no contexto da ação,</p>

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



dos associados se machucou, ficou com a perna mais curta. Foi na alegria e na tristeza”. (A3)	gerando erros e acertos.
---	--------------------------

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na perspectiva da aprendizagem coletiva, constatou-se que, no início das atividades produtivas da madeireira, a renda gerada era para pagar o financiamento das máquinas, mas quando o empreendimento se tornou obsoleto, as famílias começaram a questionar os resultados e alguns associados se retiraram da organização. Isso revela que há conflitos na gestão dos recursos e gestão patrimonial nas organizações da economia social, seja por processos decisórios equivocados, por egoísmo ou pela ausência de regras nas ações sociais (SABOURIN, 2002; TENÓRIO, 2002; BERKES, 2005; OSTROM, 2010).

Neste aspecto, Singer (2008) destaca que o membro de uma organização social participa do empreendimento no ônus e no bônus, pois tem responsabilidade sobre os seus próprios ganhos, através dos lucros e prejuízos da organização que também é sua. Giddens (2001) complementa, afirmando que a união coletiva é necessária, não somente pela geração de renda, mas para evitar a exclusão social. Apoiando-se em Misoczky, Oliveira e Passos (2003), a autogestão é mais do que um modelo de gestão, mas um movimento em direção ao desenvolvimento de territórios pelos contágios que provoca nas diferentes dimensões do grupo social.

6 Conclusão

As ações (re)produzidas pelos membros de uma organização da economia social provoca um fenômeno descrito por Julien (2001) como “contágio empreendedor”. O compartilhamento dos “bens comuns”, nos quais são incluídos conhecimentos e crescimento individual e social produz impactos no desenvolvimento local e de difícil mensuração, pelo caráter subjetivo que apresenta.

A organização de caráter social considera-se sustentável a economia social, mesmo inserida dentro dos ideais capitalistas, pois as ações estabelecidas e pensadas pelos associados foram responsáveis pelo envolvimento da comunidade com a Associação, gerando ganhos coletivos, bem como, promovendo o desenvolvimento dos integrantes do grupo de trabalho.

Percebe-se que a economia social também foi responsável por estimular a permanência dos agricultores associados na agricultura. Essa forma de organização social também resultou na criação de outros subgrupos de trabalho. Esse foi o efeito “contágio”, a partir de um empreendimento social, cria-se outros grupos capazes de envolver a comunidade, através da geração de benefícios para auxiliar a comunidade. Também se verifica que com isso os pequenos agricultores puderam crescer dentro de uma sociedade já formada. Por fim, estas conquistas demonstraram à comunidade que a participação na Associação contribuiu no desenvolvimento comum, onde todos podem ganhar.

As organizações da economia social no formato de associação de produtores rurais proporciona um espaço para o compartilhamento de bens comuns, cujos efeitos se estendem para além daqueles membros que a constituem. O caso estudado revela que o compartilhamento de bens provoca contágios nas ações sociais dos seus membros, as quais configuram-se como intangíveis e de difícil mensuração e apreensão por quem não atua no espaço social onde a ação se realiza. É preciso realizar pesquisas etnográficas para apreender o fenômeno, pois constatou-se que a (con)vivência dos associados produz engajamento na comunidade, seja atuando como líderes, estimulando atividades de bem-estar à coletividade

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



e/ou que provocam o desenvolvimento intelectual, social e também econômico. Permeando cada uma das ações, estão os constructos confiança e crença, os quais devem compor novos protocolos de pesquisa sobre ação cooperativa e desenvolvimento de territórios em organizações da economia social brasileiras.

7 Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

BAUMANN, R. (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED, 2005.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (orgs.). **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-37, mai. 2002.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. “Tricotando as redes de solidariedade”: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia Popular solidária de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 39, out./dez. 2006.

CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

DIAS, T. F.; SOUZA, W. J. Gestão social e economia solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n.1, p. 261-294, 2014.

FARIA, J. H. **Economia política do poder: fundamentos**. Curitiba: Juruá, 2004. Volume 1

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

_____. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, 2007.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



GIDDENS, A. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KRUGMAN, P. **Globalização e globobagens: verdades e mentiras do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAVILLE, J. L. (org.). **Economía Social y Solidaria: una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

_____. Mudança social e teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, mai./ago. 2014.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MISOCZKY, M. C. A.; OLIVEIRA, R. P.; PASSOS, R. P. Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da cidade das cidades. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PODER LOCAL, 9, 2003, Salvador. **Anais do...** CIAGS/UFBA, Salvador, 2003.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão (a proposta de Proudhon)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, A. A. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OSTROM, E. **Gouvernance des biens communs: pour une nouvelle approche des ressources naturelles**. Paris: De Boeck, 2010.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 135-153, 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **La subsistance de l'homme**. Paris: Flammarion, 2011.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 91-99, dez. 1996/fev. 1997.

RIFKIN, J. **A economia do hidrogênio**. São Paulo: Makron Books, 2003.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; O. A. TEIXEIRA (orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Distrito Federal: Embrapa, 2002. p. 21-37.

SINGER, P. **A crise do "milagre"**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. **Globalização e desemprego**: diálogo e alternativas. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, IPEA, n. 56, p. 90-93, fev. 2014.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

TEDESCO, J. C.; CAMPOS, G. L. R. (orgs.). **Economia solidária e reestruturação produtiva**: (sobre)vivência no mundo do trabalho atual. Passo Fundo: UPF, 2001.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Ijuí: Unijuí, 2002.

TIRIBA, L. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 27, n. 1, jan/jun. 2008

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. 3.ed. São Paulo: Unesp, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:

